

TEIXEIRA, Anísio

*reitor UnB 1963-1964.

Anísio Espínola Teixeira nasceu em Caitité (BA) no dia 12 de julho de 1900, filho do médico e fazendeiro Deocleciano Pires Teixeira e de Ana Espínola Teixeira. Seu irmão Jaime Teixeira foi deputado federal pela Bahia de 1951 a 1955.

Realizou seus estudos primários e secundários nos colégios jesuítas São Luís, em sua cidade natal, e Antônio Vieira, em Salvador, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde diplomou-se em ciências jurídicas e sociais no ano de 1922. Depois de exercer por pouco tempo a Inspeção Geral de ensino na capital do país, retornou a seu estado em 1923 a fim de seguir a carreira eclesiástica. Entretanto, a viagem aos Estados Unidos e o estudo na Universidade de Colúmbia, e a oposição da família, o fez desistir desse projeto.

Em abril de 1924, a convite do presidente baiano Francisco Marques de Góis Calmon, tornou-se inspetor-geral do ensino na Bahia, cargo que passou a ser chamado, no ano seguinte, de diretor-geral de instrução. Durante o período em que exerceu essa função, Anísio Teixeira revelou-se grande administrador, reformando o sistema escolar baiano que, entre 1924 e 1927, quase dobrou sua participação percentual no orçamento do estado e triplicou o número de matrículas oferecidas, atingindo, mesmo assim, a somente 20,5% da população em idade escolar. No exercício do cargo, realizou viagens de estudos à Europa e Estados Unidos, e escreveu um longo relatório, publicado em 1928 com o título *Aspectos americanos da educação*, sobre o funcionamento das instituições de ensino nesse país e as idéias de John Dewey. Discípulo desse importante educador, Anísio Teixeira deixou o cargo no governo baiano em 1928 e retornou aos Estados Unidos, onde obteve o título de master of arts pelo Teachers' College da Universidade de Colúmbia no ano seguinte.

Novamente no Brasil, elaborou em 1930 novos programas para as disciplinas das escolas primárias e fundamentais da Bahia, e passou a lecionar filosofia da educação na Escola Nacional de Educação de Salvador, cujo sistema de ensino ele próprio havia reformado. No segundo semestre de 1931 transferiu-se para o Rio de

Janeiro e integrou-se a uma comissão do Ministério da Educação e Saúde encarregada de estudar a reorganização do ensino secundário no país, sendo depois nomeado superintendente do Serviço de Inspeção dos Institutos de Ensino Secundário desse ministério.

Presidente da Associação Brasileira de Educação e um dos líderes do movimento pela renovação do sistema educacional do país, Anísio Teixeira foi signatário em 1932 do manifesto intitulado *A reconstrução educacional no Brasil*, redigido por Fernando Azevedo e conhecido como Manifesto dos pioneiros da educação nova. Nele, propunha-se a adoção de um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo. Nessa época, Anísio Teixeira já se afastara completamente de suas inclinações religiosas e adotava posições renovadoras e modernizantes no campo da educação — contrárias, inclusive, ao ensino da religião em escolas públicas — que despertavam fortes resistências nos meios conservadores, particularmente os ligados à Igreja. Alceu Amoroso Lima liderou uma campanha que o atacou duramente, chamando-o de populista, estatizante e ateu.

Íntimo colaborador de Pedro Ernesto Batista, interventor e posteriormente prefeito do Distrito Federal entre 1931 e 1936, Anísio Teixeira, em 1931 foi nomeado diretor-geral de Instrução Pública do Distrito Federal. Marcou, também, sua presença inovadora no setor educacional carioca com a criação em março de 1932 do Instituto de Educação, que integrou a antiga Escola Normal com jardim de infância, primário e secundário em um único estabelecimento. Anísio tornou-se professor de filosofia da educação do instituto. Em 1933, foi nomeado diretor do recém-criado Departamento de Educação do Distrito Federal e, em 1935, secretário-geral de Educação e Cultura da capital. Ainda na sua gestão, Anísio Teixeira estabeleceu sistema de testes e medidas pedagógicas, reformou o ensino técnico profissional e criou a Universidade do Distrito Federal, da qual foi o primeiro reitor, sendo substituído por Afrânio Peixoto.

Nesse ano, o prefeito Pedro Ernesto aproximou-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização política autodefinida como “uma frente popular contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo”, apoiada por diversas correntes de pensamento, em particular o Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), e formada em uma conjuntura marcada pela crescente radicalização da luta política. O fechamento da ANL, decretado pelo governo em 11 de julho de 1935, levou à preparação de um levante, deflagrado em Natal, Recife e Rio de Janeiro em fins

de novembro desse ano e rapidamente sufocado. O presidente Getúlio Vargas mobilizou então todo o seu aparato de propaganda para denunciá-lo como uma ação exclusivamente comunista e desencadeou violenta repressão sobre diversas correntes políticas de oposição, efetuando grande número de prisões, entre as quais a de Pedro Ernesto, que não teve participação no levante. Anísio Teixeira, contrário por princípio à utilização da violência na luta política, também foi atingido pelas medidas repressivas que dominaram nos meses seguintes a conjuntura nacional, pouco propícia às suas atividades modernizadoras no campo da educação. Junto com todos os seus auxiliares, o reitor e inúmeros professores da Universidade do Distrito Federal, perdeu seu cargo em 1º de dezembro de 1935, sendo substituído por Francisco Campos, defensor de idéias contrárias às suas no terreno da pedagogia. Esses fatos provocaram a renúncia, em protesto, de Heitor Vilas-Lobos, diretor de educação artística e musical do Distrito Federal, além de Afrânio Peixoto, Roberto Marinho de Azevedo entre outros.

O estado de sítio decretado durante a revolta de novembro de 1935 foi transformado em estado de guerra no mês de março do ano seguinte, perdurando, com um breve intervalo entre julho e outubro de 1937, até 10 de novembro desse ano, quando um golpe de Estado liderado pelo próprio Vargas implantou o Estado Novo, que vigoraria até outubro de 1945. Nesse longo período em que o pensamento democrático brasileiro esteve sufocado, Anísio Teixeira dedicou-se a atividades empresariais, tornando-se um dos principais exportadores de manganês da Bahia.

Em 1946, vivendo em Londres e Paris, tornou-se conselheiro de educação superior da recém-criada UNESCO, órgão das Nações Unidas voltado para a educação, a ciência e a cultura. No ano seguinte ocupou a Secretaria de Educação e Saúde do governo baiano de Otávio Mangabeira, e foi o autor do anteprojeto do capítulo da Constituição Baiana, que organizando conselhos municipais de educação em todo o estado e o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, experiência pioneira de educação integral para jovens que, mais tarde, serviu de modelo ao sistema educacional instalado em Brasília. O estado possuía um déficit de matrículas em escolas básicas da ordem de 73%, ocupando o penúltimo lugar em comparação ao resto do país. No terceiro ano da gestão de Anísio Teixeira a população escolar havia duplicado, passando de 33 estudantes para cada grupo de mil habitantes em 1946 para 63 em 1949, enquanto o corpo docente crescia de 2.479 para 6.200 professores.

Em 1951, Anísio Teixeira deixou a secretaria para, a convite do ministro da Educação Ernesto Simões Filho, tornar-se secretário-geral da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundada em 11 de julho desse ano. Pouco depois, substituiu o recém-falecido Murilo Braga de Carvalho no cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), acumulando as duas funções. Nesse período, criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, com sedes regionais em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, promovendo levantamentos da situação do ensino médio e elementar no país. Inaugurou também os centros nacionais de treinamento de pós-graduação, vinculados à Capes, e lançou a campanha do livro didático e manuais de ensino.

Educador de prestígio internacional e titular da cadeira de administração escolar e educação comparada da Faculdade Nacional de Filosofia, mesmo assim Anísio Teixeira continuou a receber manifestações de hostilidade por parte dos setores conservadores da Igreja Católica. Em 1958, no auge dos debates sobre o papel do Estado no sistema educacional, o arcebispo metropolitano de Porto Alegre dom Vicente Scherer e os bispos gaúchos dirigiram memorial ao presidente Juscelino Kubitschek denunciando Anísio como paladino da escola pública que iria “preparar o povo para reivindicações sociais”. O memorial foi publicado pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, órgão oficial do INEP, e Anísio chegou a ser oficialmente informado da sua demissão da chefia desse instituto, o que não ocorreu devido à onda de protestos advinda dos meios acadêmicos e jornalísticos do país. Em 1962, durante o governo de João Goulart, foi nomeado membro do Conselho Federal de Educação e no ano seguinte tornou-se presidente da Comissão Nacional do Ensino Primário.

Em 1963, Anísio Teixeira assumiu interinamente a reitoria da Universidade de Brasília (UnB), substituindo Darci Ribeiro, que fora nomeado para a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Estava no exercício dessas funções quando o presidente João Goulart foi derrubado pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964, o que acarretou sua inclusão no processo instaurado para a apuração de irregularidades administrativas nessa universidade. Houve protestos contra essa atitude do novo governo, e em sinal de solidariedade as universidades norte-americanas de Colúmbia e da Califórnia convidaram Anísio para integrar seu corpo docente. Com autorização especial do presidente Humberto Castelo Branco, obteve passaporte e

embarcou para os Estados Unidos, onde permaneceu cerca de dois anos como professor residente daquelas universidades. Retornou ao Brasil em 1966, tornando-se consultor educacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e em 1970 recebeu o título de professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Anísio Teixeira influenciou todos os aspectos da educação no Brasil, e participou de inúmeros projetos e eventos internacionais sobre o tema. Pronunciou conferências em diversos países asiáticos e americanos, elaborou programas de intercâmbio universitário, reformou o programa educacional da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de março de 1971.

Foi casado com Emília Ferreira Teixeira, com quem teve quatro filhos. Sua filha casou-se com Paulo Alberto Monteiro de Barros, que foi deputado estadual na Guanabara cassado após 1964 e tornou-se conhecido como crítico e escritor com o pseudônimo de Artur da Távola.

Em julho de 1973, o Ministério da Educação e Cultura conferiu-lhe post mortem a comenda da Ordem Nacional do Mérito Educativo no grau de grande oficial.

Além de grande número de trabalhos publicados em revistas especializadas em educação, Anísio Teixeira deixou as seguintes obras: Aspectos americanos da educação (1928), A educação no estado da Bahia (1928), Educação progressiva (2ª ed., 1934), Em marcha para a democracia (1934), Educação para a democracia (1936), A educação e a crise brasileira (1956) e Educação não é privilégio (1957).

Sobre ele foram publicados: Anísio Teixeira, pensamento e ação por um grupo de professores e educadores (1960), “Anísio Teixeira e a inteligência”, de Fernando de Azevedo, em Figuras de um convívio (1960), Anísio Teixeira, estadista da educação, de Hermes Lima (1978) e Anísio Teixeira: a polêmica da educação (1990), de Luís Viana Filho.

O arquivo pessoal de Anísio Teixeira encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da FGV.

Amélia Coutinho

FONTES: ARQ. ANÍSIO TEIXEIRA; COUTINHO, A. Brasil; Encic. Mirador; Folha de S. Paulo (28/8/77); Grande encic. Delta; LEVINE, R. Vargas; LIMA, H. Anísio; MENESES, R. Dic.; OLIVEIRA, C. Biografias; SOUSA, A. Baianos; VELHO SOBRINHO, J. Dic.